

III CADERNO DE ATIVIDADES 2017



Aluno:(a) _____
Turma: Ext. Int. Dia: _____ Turno: M V N

PROPOSTA 01

A partir da leitura dos textos motivadores a seguir e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **REDIIA** **TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO** em norma padrão da Língua Portuguesa sobre o tema **A questão indígena vigente no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa do seu ponto de vista.

Texto I

A história contemporânea da questão indígena brasileira. De um lado, os interesses dos povos indígenas. De outro, os interesses do agronegócio e do modelo de desenvolvimento vigente no país. Nesse contexto, a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) é fundamental para dirimir inúmeros conflitos e exercer seu papel constitucional de identificar, demarcar e monitorar terras indígenas, mas também é responsabilidade do órgão indigenista prestar apoio e proteção social.

Disponível em <https://projetozevidamissaoamazonia.blogspot.com.br/2016/06/a-questao-indigena-no-brasil-em-quatro.html>. Acessado em 12 de maio de 2017.

Texto II

É impressionante constatar como as pessoas indígenas brasileiras, tornaram-se invisíveis para uma grande parte do povo brasileiro. E esse fenômeno contribuiu para sua desumanização. De uma maneira geral, quando nós nos referimos ao racismo, temos em mente quase sempre apenas as pessoas de pele negra. Nunca relacionamos de pronto o racismo contra pessoas de pele vermelha. Talvez isso aconteça porque a população de pele negra ou parda compõe a maioria do povo brasileiro, ou seja, representam 50,7 % do total, e essa força numérica os favoreça na articulação da luta por seus direitos.

Disponível em <https://blogdaines.wordpress.com/2014/10/06/preconceito-e-discriminacao-contras-pessoas-indigenas-no-brasil/>. Acessado em 12 de maio de 2017.

Texto III

Você apontaria quais seriam esses desafios que devem ser enfrentados pelos povos indígenas?

Almir: São vários que já deveriam estar em fase mais adiantada de debates ou até mesmo implementadas. Um dos principais é a nossa luta pela aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que está em tramitação no Congresso Nacional. O projeto nesse sentido está há muitos anos no Legislativo, mas até agora continua parado. Até a última vez que eu soube da proposta, a mesma estava pronta para votação. Trata-se de um mecanismo muito importante para criar novos critérios para que os povos indígenas possam viver de acordo com os seus costumes nas suas terras demarcadas. Além disso, vai estabelecer parâmetros que possam impedir as invasões de colonos, de madeireiros e de garimpeiros que, em muitos casos, ameaçam o modo de vida dos indígenas e tiram a autonomia nos nossos próprios territórios.

porta-voz estadual da REDE-RO, o líder indígena Almir Narayamoga Suruí

PROPOSTA 02

A partir da leitura dos textos motivadores a seguir e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **REDIIA** **TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO** em norma padrão da Língua Portuguesa sobre o tema **Efeitos dos jogos eletrônicos nas pessoas**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa do seu ponto de vista.

Texto I

Um novo estudo da universidade Dartmouth College, nos Estados Unidos, publicado na última semana no jornal inglês *Daily Mail*, sugere que jogos violentos no computador podem aumentar a chance de um jovem ter comportamentos de risco, como beber, fumar e fazer sexo sem proteção.

O trabalho avaliou 5 mil jovens durante quatro anos e mostrou que os fãs desse tipo de jogo tiveram comportamento mais agressivo, se envolveram mais em brigas, fugiram mais de casa e até cometeram mais furtos. Os jovens tinham entre 13 e 14 anos quando começaram a ser acompanhados. Quanto maior foi a frequência do uso dos games, maior o impacto.

Segundo o estudo, muitos jovens incorporam características dos personagens desses jogos. Por isso, têm mais dificuldade em lidar com os limites da vida real. Esses adolescentes buscam mais desafios e se expõem, propositalmente, a mais riscos, segundo a pesquisa. As mudanças de comportamento atingiram igualmente garotos e garotas. (Jairo Bouer)

Disponível em <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/jairo-bouer/noticia/2014/08/os-efeitos-do-buso-diario-de-games-b.html/>. Acessado em 12 de maio de 2017.



Texto II

Pesquisadores da Universidade de Oxford, no Reino Unido, e da Universidade Yale, nos EUA, contradizem parte dessa tese. A Universidade de Oxford publicou no jornal médico *Pediatrics*, da última semana, uma pesquisa sobre jogos feita com 5 mil jovens ingleses de 10 a 15 anos. Ela concluiu que jogar menos de uma hora por dia, games violentos ou não, pode trazer benefícios, como ajuste social e maior sensação de satisfação com a vida. A pesquisa inglesa, diferentemente da americana, afirma que o eventual impacto que o uso excessivo desses jogos pode ter para os jovens é pequeno quando comparado a questões como estrutura familiar, relações na escola ou falta de recursos econômicos ou sociais. Hoje, três em cada quatro jovens britânicos usam jogos eletrônicos diariamente. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, na última semana, o presidente da Universidade Yale, Peter Salovey, disse que o uso moderado de tecnologia pode melhorar as interações sociais. Mas que, em excesso, afeta a capacidade do jovem em perceber emoções na expressão facial dos colegas. Todos esses estudos comprovam que a frequência faz diferença, como ocorre com a maior parte dos fatores que podem influenciar o comportamento. (Jairo Bouer)

Disponível em <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/jairo-bouer/noticia/2014/08/os-efeitos-do-buso-diario-de-games-b.html/>. Acessado em 12 de maio de 2017.

PROPOSTA 03

A partir da leitura dos textos motivadores a seguir e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **REDIJA TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO** em norma padrão da Língua Portuguesa sobre o tema **A importância da democracia para o cidadão brasileiro**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa do seu ponto de vista.

Texto I

Afinal, o que é ser cidadão?

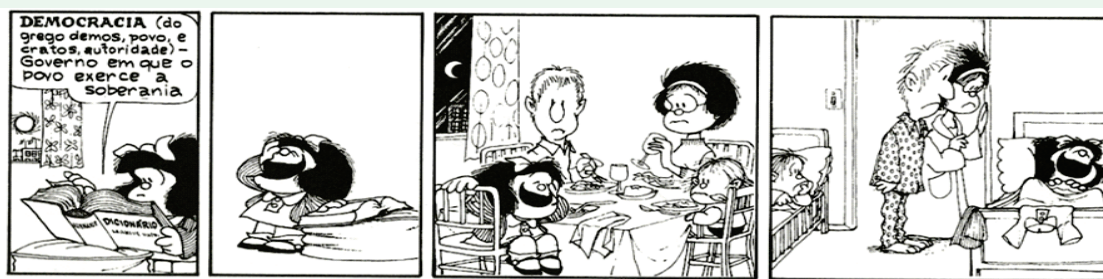
Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila.

Disponível em <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8/>. Acessado em 12 de maio de 2017.

Texto II

Democracia é a filosofia ou sistema social que sustenta que o indivíduo, apenas pela sua qualidade de pessoa humana, e sem consideração às qualidades, posição, status, raça, religião, ideologia ou patrimônio, deve participar dos assuntos da comunidade e exercer nela a direção que proporcionalmente lhe corresponde. (Lakatos)

Texto III



Disponível em <https://descomplica.com.br/blog/filosofia/quais-os-principais-tipos-de-democracia/>. Acessado em 12 de maio de 2017.

PROPOSTA 04

A partir da leitura dos textos motivadores a seguir e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **REDIJA TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO** em norma padrão da Língua Portuguesa sobre o tema **Desafios para o jovem no mercado de trabalho**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa do seu ponto de vista.

Texto I

Desde cedo muitos alunos começam a pensar em possíveis profissões que gostariam de seguir, muitas vezes influenciados pelos pais, tios ou amigos da família. Entretanto, a maior dificuldade que encontram é na definição de uma profissão porque, geralmente, faltam a eles informações precisas e orientação adequada para essa escolha. Por esse motivo muitos alunos, após iniciarem um curso superior, chegam à conclusão de que não era bem aquilo que imaginavam para a profissão escolhida e acabam por abandonar o curso.

Temos ainda a considerar que a lista de profissões hoje existente é enorme. Antigamente havia somente profissões bem definidas e em menor número, como, por exemplo, Medicina, Direito, Magistério. Atualmente essas profissões têm várias especializações e muitas áreas novas de trabalho foram criadas baseadas principalmente na informática. Outro fator importante é a tradição familiar que obrigava os jovens a optar pela profissão de seus pais, tios ou avós. Atualmente, essa tradição foi praticamente esquecida, pois o leque de profissões é enorme e não se dá mais tanta ênfase à tradição.

Disponível em <http://www.uniara.com.br/cop/artigos/os-desafios-do-mercado-de-trabalho-na-atualidade/>. Acessado em 12 de maio de 2017.

Texto II



Disponível em <https://jovensnaeconomia.wordpress.com/2013/04/29/charge-sobre-profissoes-do-futuro///>. Acessado em 12 de maio de 2017.

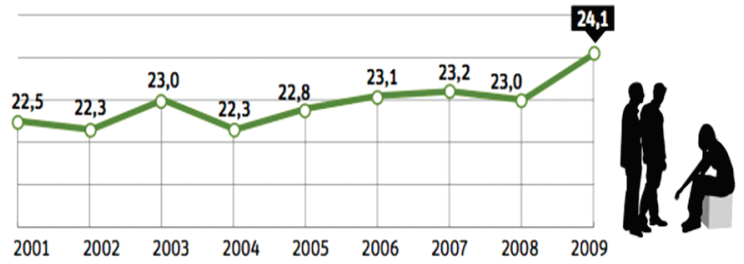
Texto III

SEM ESTUDO NEM EMPREGO

Parcela de jovens de 18 a 20 anos fora da escola e do mercado de trabalho aumenta

PESSOAS DE 18 A 20 ANOS QUE NEM ESTUDAM NEM TRABALHAM

Em % do total



Fonte: Pnad, com elaboração de Naercio Menezes Filho (Insper)

Disponível em <http://trabalhosocio2012.blogspot.com.br/2012/11/jovens-e-trabalho-no-brasil.html//>. Acessado em 12 de maio de 2017.

PROPOSTA 05

A partir da leitura dos textos motivadores a seguir e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **REDIJA TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO** em norma padrão da Língua Portuguesa sobre o tema **Dificuldades em combater os cibercrimes** apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa do seu ponto de vista.

Texto I

ConJur — O país está preparado para lidar com os cibercrimes?

Leonardo Bueno de Melo — Temos duas grandes dificuldades. Uma delas ainda é o relativo desconhecimento técnico da Polícia, do Ministério Público, do Judiciário e até mesmo dos advogados de defesa de acusados. A outra dificuldade está na legislação, que impede uma ação rápida da Polícia. No caso dos crimes de informática, a ação rápida é crucial. As evidências digitais são voláteis. O site hoje está no ar, amanhã não está mais. O registro de uma mensagem de e-mail enviado pode ou não ser armazenado no computador, mas por limitações de custo, esse registro não fica muito tempo guardado.

perito criminal da Polícia Federal Leonardo Bueno de Melo, especialista em perícia em informática

Disponível em http://www.conjur.com.br/2008-jul-20/falta_lei_informacao_beneficiam_cibercrime//. Acessado em 12 de maio de 2017.

Texto II

ConJur — Dê um exemplo de deficiência na legislação para combate aos cibercrimes?

Bueno de Melo — Hoje em dia o crime de pedofilia se caracteriza pela publicação ou divulgação de material de pornografia envolvendo criança. O simples fato de a pessoa ter esse material não é crime. Então, no caso de crime cibernético, isso dificulta. Porque é preciso achar prova de que aquela mensagem foi transmitida. O fato de simplesmente achar a mensagem no computador da pessoa não configura crime. Para provar a transmissão da mensagem é preciso atuar junto ao provedor de serviço de internet que essa pessoa utiliza para fazer algum tipo de interceptação telemática.

perito criminal da Polícia Federal Leonardo Bueno de Melo, especialista em perícia em informática

Disponível em http://www.conjur.com.br/2008-jul-20/falta_lei_informacao_beneficiam_cibercrime//. Acessado em 12 de maio de 2017.

Texto III

Organizadores apostam na impunidade, diz especialista

Numa rápida busca no Facebook é possível encontrar grupos que se autointitulam Baleia Azul. Em apenas um deles, há mais de 30 mil participantes. Quem não cumpre os desafios postados pelo "curador" pode ser excluído do jogo.

Especializado em Direito Digital e Crimes Cibernéticos, o advogado Fernando Peres explicou que tanto os responsáveis por criar os grupos e administrá-los quanto aqueles que ajudam na difusão cometem crimes como apologia ao suicídio, falsidade ideológica e ameaça, entre outros. Ele também alertou para a falta de conscientização de quem se propõe a participar. "É importante que as pessoas prestem atenção nas informações que são jogadas na internet, pois elas são perigosas", advertiu.

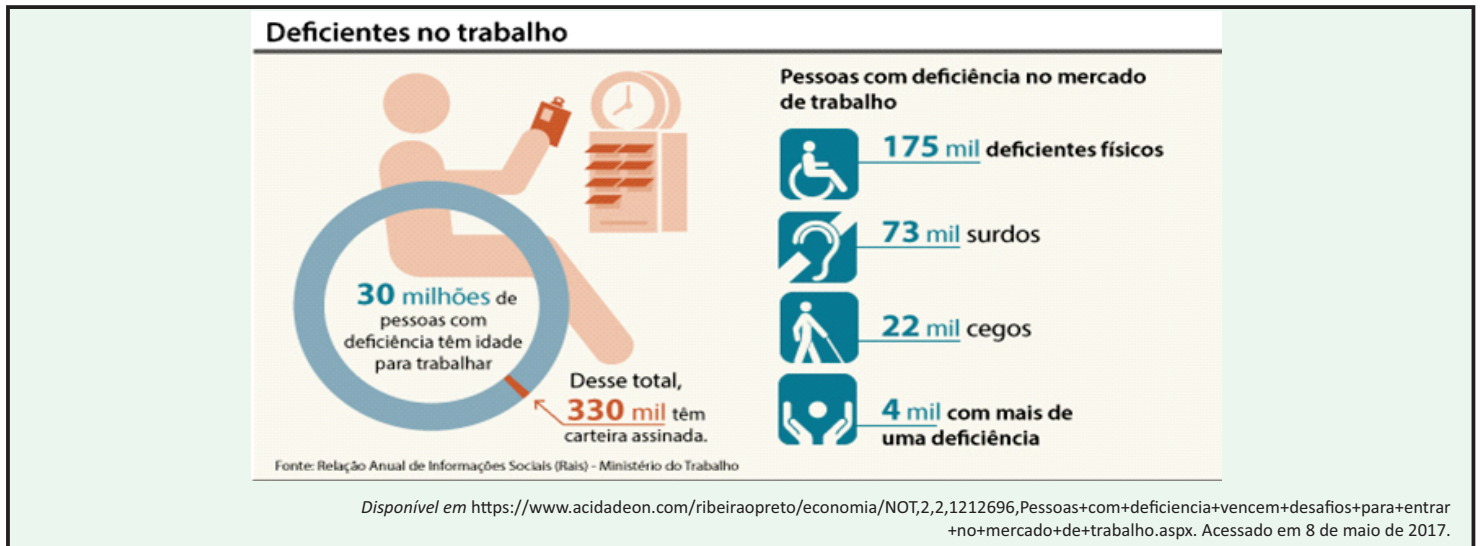
Para Peres, o fato destes organizadores acreditarem que o ambiente virtual é marcado pela impunidade colabora para que continuem a incentivar ações como a observada no jogo Baleia Azul. "Essas pessoas deixam rastros. Sempre que acessamos as redes sociais deixamos informações de acesso e, com a quebra do sigilo, é possível descobrir o IP do computador que estas pessoas estavam usando e conseqüentemente se consegue chegar até o endereço, as identificando", explicou. Ele também orientou que caso alguém receba o convite para fazer parte destes grupos, ou que seja ameaçado por "curadores", procure a polícia para registrar boletim de ocorrência. (P.M.)

Disponível em <http://www.folhadelondrina.com.br/geral/jogo-virtual-baleia-azul-deixa-parana-em-alerta-975468.html>. maio de 2017.

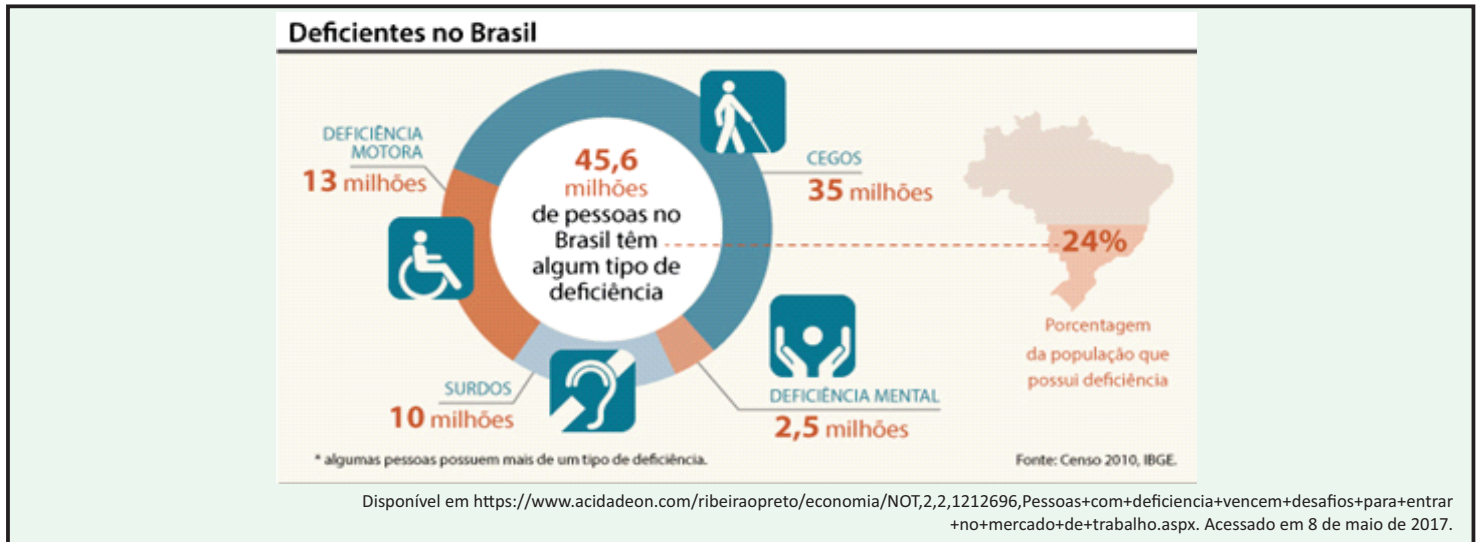
PROPOSTA 06

A partir da leitura dos textos motivadores a seguir e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, REDIJA TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO em norma padrão da Língua Portuguesa sobre o tema **Inclusão no mercado de trabalho – um desafio Especial**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa do seu ponto de vista.

Texto I



Texto II



Texto III

Apelidada de “lei de cotas”, ela foi aprovada em 1991 e é considerada um dos marcos da legislação inclusiva, segundo a relatora do estatuto, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP). “A gente só tinha 100 pessoas com deficiência contratadas com carteira assinada. Hoje, estamos na casa dos 330 mil”. Neste capítulo do estatuto, muitas sugestões vieram do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) Ricardo Tadeu, que é cego. Ele alertou para uma possível mudança da lei de cotas: um artigo da proposta prevê a obrigação de contratação de deficientes também por empresas de até 50 empregados.

“Acho que não é conveniente, porque empresas com 50 empregados podem ser consideradas pequenas empresas e a Constituição determina que as pequenas e microempresas sejam tratadas de forma diferenciada em relação às médias e grandes”, explica o desembargador. “Este é um elemento que parece suscitar inconstitucionalidade. Do ponto de vista operacional, essa redução também é difícil de ser fiscalizada”. Como alternativa, o desembargador sugeriu que o estatuto preveja “estímulo” e não “obrigação” de contratação de deficientes por parte das micro e pequenas empresas. Outra sugestão da Justiça do Trabalho é o incentivo fiscal para que as empresas invistam na adaptação do espaço de trabalho, a fim de facilitar a inclusão das pessoas com deficiência.

Disponível em <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/economia/NOT,2,2,1212696,Pessoas+com+deficiencia+vencem+desafios+para+entrar+no+mercado+de+trabalho.aspx>. Acessado em 8 de maio de 2017.

OBSERVAÇÃO: para cada proposta acima, deve-se levar em consideração as instruções abaixo:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado;
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas;
- A redação em até 7(sete) linhas escritas será considerada “insuficiente” e receberá nota zero;
- A redação que fugir ao tema ou que não atender o tipo **dissertativo-argumentativo** receberá nota zero;
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsideradas para efeito de correção.